



## **A Consolidação do Programa Mais Médicos na Opinião Pública e na Cobertura Jornalística<sup>1</sup>**

Fernanda Cavassana de CARVALHO<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

### **RESUMO**

O presente artigo traz um estudo de caso sobre como o Programa Mais Médicos foi se consolidando no debate público e nas matérias jornalísticas desde que foi anunciado pelo Governo Federal em junho de 2013, até o início da 3ª fase de seleção dos profissionais, em novembro de 2013. A partir da disputa entre governo e entidades médicas, o público começa a formar sua opinião, considerando a execução do programa e os primeiros atendimentos; em contraste com a posição das entidades que representam as classes médicas. A cobertura jornalística também sofre alterações, passando das declarações dos especialistas às informações da realidade da saúde brasileira. Como embasamento teórico, o artigo traz uma reflexão sobre os conceitos de sociedade civil, esfera pública e a disputa por hegemonia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Opinião Pública; Mídia e Política; Programa Mais Médicos.

### **Introdução**

O ano de 2013 foi marcado pelas diversas manifestações populares que ocorreram por todo o Brasil. Conhecido, hoje, como “jornadas de junho”, o episódio foi caracterizado pela ampla divulgação via rede *online*, pela falta de liderança organizada e pela diversidade social e de reivindicações. No dia 21 de junho de 2013, a presidente Dilma Rousseff discursou em rede nacional, e em resposta à conjuntura, entre outras declarações, anunciou a vinda de médicos estrangeiros para atuar no atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro.

Desde que foi anunciado, o Programa Mais Médicos esteve presente na agenda da mídia e do debate público. As propostas do governo envolviam mudanças, inclusive,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 8 a 10 de maio de 2014. O artigo foi produzido como trabalho final da disciplina “Mídia e Formação da Opinião Pública” do Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em 2013.

<sup>2</sup> Graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e especialista em Administração de Marketing e Propaganda pela mesma instituição. É mestranda em Comunicação na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e foi aluna especial do Mestrado em Jornalismo da UEPG, em 2013. E-mail: [fercavassana@hotmail.com](mailto:fercavassana@hotmail.com).



na formação dos médicos, com alterações em grades curriculares dos cursos de medicina e a obrigatoriedade do estudante passar pelo atendimento do SUS na atenção básica. Entre as diversas declarações e opiniões publicadas a partir de então, a classe médica brasileira, representada por suas entidades, posicionou-se contra o programa, respondendo-lhe, inclusive, com mais manifestações de rua, com a presença de médicos e estudantes de medicina pelo país. Entre apoiar ou não a vinda dos médicos estrangeiros, nota-se que houve uma disputa entre governo e as entidades médicas para ganhar a opinião pública.

Para uma população que se vê diante de uma proposta governamental que promete amenizar os problemas da saúde, e é divulgada como resposta às manifestações nas ruas, e o posicionamento contrário de entidades respeitáveis na área, a partir de várias declarações e justificativas; a busca por informações é fundamental para compreender a situação, avaliar os prós e os contra, para, então, formular sua opinião sobre a proposta. Neste quadro, o jornalismo deve atuar como importante canal informativo a fim de que se esclareçam as dúvidas de interesse público. Pois, “a comunicação pública, seja entendida como aquela praticada pelo governo para prestar esclarecimentos à sociedade, seja entendida como aquela praticada no âmbito da esfera pública, assume papel fundamental na formação e consolidação da opinião pública” (NOVELLI, 2007).

Assim, esse artigo propõe-se à reflexão da consolidação do Programa Mais Médicos perante à mídia e à sociedade. Para tanto, utilizou-se o estudo de caso como metodologia, a partir de um banco de dados. Estes foram coletados de várias fontes de evidências como reportagens, pesquisas de opinião pública, documentos, discursos, vídeos e demais arquivos disponibilizados em rede. O encadeamento dessas evidências possibilitou analisar como o Programa Mais Médicos surgiu no debate público e midiático, a partir de junho de 2013, e como foi se consolidando diante a formação da opinião pública sobre ele.

### **Contextualização e Instituição do “Mais Médicos”**

Dentre as várias reivindicações levantadas durante as jornadas de junho, constavam os pedidos por melhorias na área da saúde. Embalados pelos altos investimentos realizados no país para a realização de três grandes eventos esportivos (a



saber: Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo de Futebol 2014 e Olimpíadas 2016), muitos manifestantes questionaram a falta de recursos humanos e financeiros na saúde pública.

A resposta do Governo veio no pronunciamento da presidente. Em relação à saúde, Dilma Rousseff anunciou que iria “trazer, de imediato, milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde, o SUS”. Também afirmou que os investimentos em estádios são frutos de financiamento “que será devidamente pago pelas empresas e os governos que estão explorando estes estádios”, e que “jamais permitiria que esses recursos saíssem do orçamento público federal, prejudicando setores prioritários como a Saúde e a Educação”. Logo em seguida, na reunião com governadores e prefeitos para tratar sobre as manifestações, Dilma Rousseff também informou que o programa contemplaria o estímulo ao aumento de vagas de residência nos hospitais. A página *online* do Partido dos Trabalhadores (PT), em matéria sobre a reunião, já prenunciava que a vinda de médicos estrangeiros encontrava “séria resistência de entidades de classe”<sup>3</sup>.

Ainda em junho, a Associação Médica Brasileira (AMB), a Associação Nacional de Médicos Residentes (ANMR), o Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Federação Nacional dos Médicos (Fenam) realizaram uma coletiva de imprensa e divulgaram uma carta aberta à população. Médicos, estudantes e profissionais da saúde eram convocados, pelas entidades que os representam, para uma mobilização nacional contra a vinda de médicos estrangeiros para atuar no SUS. Assim, novas manifestações de rua ocorreram por todo o país, desta vez, caracterizadas por organização e homogeneidade, de interesses e reivindicações.

A carta aberta, divulgada na página do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP), classifica as propostas do programa como “medidas irresponsáveis” e aponta atividades que devem ser assumidas e defendidas pelas entidades, a fim de “intensificar a luta em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e pelas condições para o pleno exercício da Medicina”. A carta também lança uma página *online* que “será um espaço público para divulgar a situação precária da rede pública em todo o país”<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Governo lança programa “Mais Médicos” para ampliar vagas – disponível em [http://www.pt.org.br/noticias/view/governo\\_lanca\\_programa\\_mais\\_medicos\\_para\\_ampliar\\_vagas\\_-\\_acesso\\_em\\_16/12/13](http://www.pt.org.br/noticias/view/governo_lanca_programa_mais_medicos_para_ampliar_vagas_-_acesso_em_16/12/13).

<sup>4</sup> Protesto - disponível em <https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=NoticiasC&id=2917> - acesso em 16/12/13.



O governo logo instituiu o programa por meio de Medida Provisória e encaminhou para o Poder Legislativo para que se tornasse lei, enquanto iniciavam os trabalhos propostos. Já as entidades médicas, contrárias à iniciativa, continuaram a dar suas declarações e justificativas, além de entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), alegando inconstitucionalidade do programa, reforçando a ilegalidade da prática médica de profissionais formados fora do Brasil sem a submissão ao Exame Nacional de Revalidação de Diplomas (Revalida). As entidades médicas nacionais também anunciaram o seu afastamento de Câmaras e Comissões em nível governamental nas áreas de Saúde e da Educação, onde mantinham representantes<sup>5</sup>. Quando os primeiros estrangeiros chegaram ao Brasil para atuar no programa, foram registrados diversos casos em que os Conselhos Regionais de Medicina (CRMs) negaram-se a emitir o registro provisório.

Na Figura 1, é possível verificar como, em cinco meses, o programa se consolidou, foi instituído por lei e terminou o mês de novembro com a sua terceira fase de seleção iniciada.



Fonte: A autora (2013).

Figura 1 – Linha do tempo

<sup>5</sup> Entidades médicas confirmam saída das Câmaras - disponível em [http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=24008:entidades-medicas-confirmam-saida-das-camaras-e-comissoes-governamentais&catid=3](http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24008:entidades-medicas-confirmam-saida-das-camaras-e-comissoes-governamentais&catid=3) - acesso em 16/12/13.



A lei sancionada do Programa Mais Médicos<sup>6</sup> apresenta a finalidade de “formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde (SUS)”. Dentre os objetivos, pretende reduzir a carência de médicos nas regiões prioritárias; fortalecer a prestação de serviços na Atenção Básica e aprimorar a formação médica. A lei também coloca como objetivo do programa a promoção da “troca de conhecimentos e experiências entre profissionais da saúde brasileiros e os formados em instituições estrangeiras”. Para que se alcancem todos os objetivos propostos, as principais mudanças deverão ser realizadas na formação dos médicos no Brasil. Para isso, a lei propõe ações conjuntas do Ministério da Saúde e o Ministério da Educação.

Dentro do programa, a atuação de médicos estrangeiros fica delimitada no “Projeto Mais Médicos para o Brasil”. Com foco no intercâmbio médico internacional, o projeto também será coordenado pelos ministérios da Educação e Saúde. De acordo com a lei, as vagas deverão ser preenchidas com prioridade aos formados em universidades brasileiras ou com diplomas revalidados, seguidos por médicos brasileiros formados no exterior e, por fim, por médicos estrangeiros formados em outros países.

A lei ainda prevê que os médicos devem participar de treinamentos com módulos sobre a legislação e atendimento no SUS, o programa de Atenção Básica em Saúde, protocolos clínicos de atendimento, além de Língua Portuguesa e ética médica. Para avaliar e acompanhar a atuação dos médicos participantes, haverá médicos supervisores profissionais e tutores acadêmicos. A nova lei também limita a quantidade de médicos estrangeiros, que não poderá superar 10% do número total de médicos brasileiros com inscrição oficial nos conselhos. Um dos pontos mais relevantes que passa a vigor com a nova lei é a emissão dos registros provisórios aos médicos formados no exterior, que, antes feita pelo CRM, passa a ser realizada pelo próprio Ministério da Saúde – medida tomada para evitar mais recusas de CRMs. Porém, as condutas éticas dos médicos intercambistas continuarão sujeitas à fiscalização dos CRMs, bem como práticas profissionais, que serão limitadas ao programa federal.

Em novembro, iniciando a sua terceira fase de seleção de médicos, além de consolidado legalmente, o Programa Mais Médicos começa a fornecer resultados diretamente ao público que utiliza o SUS, que vê filas menores e maior eficácia e agilidade ao marcar uma consulta, e ser atendido. De acordo com os dados divulgados na página *online* do Mais Médicos, o Brasil possui apenas 1,8 médicos por mil

---

<sup>6</sup> Lei Nº 12.871/2013 - disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm) - acesso em 16/12/13.



habitantes. Sendo que há, ainda, a distribuição desigual de médicos entre as unidades da federação, em que 22 estados brasileiros estão abaixo da média nacional<sup>7</sup>.

Ao identificar as regiões brasileiras que necessitam com urgência de médicos, o governo fortalece suas justificativas em apostar no programa e, apesar das críticas e da polêmica criada com as entidades da classe médica, passa a ter o apoio público, conforme será exposto a seguir.

### **A Sociedade civil e a Disputa Simbólica**

As jornadas de junho e as reivindicações levantadas no período, bem como o comportamento do governo, das entidades médicas e da imprensa em relação ao programa Mais Médicos, permitem uma reflexão sobre os conceitos e funções de sociedade civil e esfera pública, além das disputas simbólicas que ocorrem nelas.

Becker (2010) diferencia o conceito de sociedade civil a partir de Habermas, em que, inicialmente, a ‘esfera pública’ seria o campo de ação da sociedade civil com o sistema político, na democracia; do conceito em Gramsci, em que a própria sociedade civil compreenderia o local de disputa política, um campo em que grupos e classes disputariam hegemonia.

Para Habermas, a esfera pública passou a ser definida como o local de interferência da sociedade civil no Estado, onde a sociedade civil traz “os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas” (HABERMAS, 1997, p. 99 apud BECKER, 2010, p.88). Já para Gramsci, a sociedade civil é uma das superestruturas que compõem o Estado, ao lado da política. A sociedade civil corresponde à busca e o estabelecimento da hegemonia, e a sociedade política, ao estabelecimento de domínio direto, expressado no Estado e no governo jurídico (GRAMSCI, 1982 apud BECKER, 2010).

Uma das funções da sociedade civil é repercutir na esfera pública política os problemas sociais originados nas esferas privadas, por meio de movimentos, organizações e associações. Assim, o núcleo da sociedade civil institucionalizaria a busca de soluções para os problemas, que já ressonados na esfera pública, são transformados em questões de interesse geral. Para Habermas (1997, apud Becker, 2010), trata-se da organização de pessoas privadas que buscam interpretações públicas

---

<sup>7</sup> Diagnóstico da Saúde no Brasil – disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/acoes-e-programas/mais-medicos> - acesso em 16/12/13.



para suas experiências e interesses sociais, exercendo influência sobre a formatação institucionalizada da opinião e da vontade.

Considerando como característica principal da esfera pública ser o âmbito para a formação da opinião, o ideal é que o acesso a ela seja aberto e equivalente a todos. Porém, a esfera pública passou por mudanças estruturais e de função política (HABERMAS, [1984] 2003). Se antes era entendida como espaço de disputas discursivas e argumentativas, cedeu espaço ao modelo determinado pelo mercado. Se, anteriormente, a separação entre esfera pública e esfera privada, “implicava que a concorrência de interesses provados tenha sido fundamentalmente deixada para ser regulada pelo mercado, ficando fora da disputa pública de opiniões” (HABERMAS, [1984] 2003, p.221); hoje, tem-se uma esfera controlada por parte de grupos privados.

No novo paradigma proposto por Habermas, baseado na ação comunicativa, o autor trabalha com o conceito de várias esferas públicas contemporâneas. Estas realizariam a comunicação do mundo sistêmico, constituído pela economia e pelo aparato estatal, com o mundo da vida, composto pela esfera privada e associativa. Neste conceito de mundo da vida, é ambientada a vida humana do indivíduo e não apenas a civil. “No mundo da vida predomina o agir comunicativo orientado para o entendimento mútuo, em que a comunicação leva a uma busca de acordos” (OLIVEIRA, FERNANDES; 2013, p. 26). É, portanto, neste conjunto que surgirão as demandas dos sujeitos por melhorias de vida e pelo atendimento de suas necessidades.

Este “mundo da vida” incorpora, assim, o grupo de conceitos que permitem aos civis a troca de experiências nas sociedades complexas. Ou seja, permite o diálogo e a formação da opinião.

Os processos comunicativos da esfera pública ligam os problemas do cotidiano dos homens comuns ao mundo sistêmico e aos centros de decisão política, e tornam visíveis aos cidadãos comuns as decisões do mundo sistêmico e das esferas funcionais, que alteram sua vida cotidiana (OLIVEIRA, FERNANDES; 2013, p. 26).

Ainda de acordo com Oliveira e Fernandes (2013), “a dimensão do mundo da vida resiste à intervenção do Estado e do mercado”. A interpretação dos autores vai de encontro com as mudanças nas pesquisas de opinião pública sobre o Programa Mais Médicos, como será exposto posteriormente.

Ao considerar a sociedade civil como parte constituidora do Estado, Gramsci se diferencia de Habermas por considerá-la na área de produção, não necessariamente



em aspectos de relações econômicas. Assim, em Gramsci, há a disputa no interior da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços. Essa guerra de posição consiste, pois, na luta pela conquista da hegemonia. Considerando-se a importância do apoio público sobre os temas latentes na sociedade, deve-se considerar que a opinião pública também é alvo de disputa na sociedade civil, como neste estudo de caso.

Gramsci entende, portanto, a sociedade civil como uma instância que tem não somente uma participação direta nas relações de poder, dada a sua existência articulada à sociedade política na própria constituição do Estado, mas cumpre papel determinante na própria definição dessas relações. Isto não significa que a sociedade civil possa exercer o poder administrativo, e sim que setores da sociedade civil (...) chegam à condição de “dirigentes”, ou seja, passam a dar a direção tanto em termos de indicar as melhores soluções para os problemas da sociedade quanto na conquista de adesão a uma visão de mundo e a valores que se contrapõem aos das classes até então hegemônicas (BECKER; 2010, p. 99).

Ao se afirmar que a sociedade civil ressoa na esfera pública os ecos dos problemas das esferas privadas, deve-se considerar a atual esfera pública, dominada pelos Meios de Comunicação. Em Habermas (1997, apud Becker, 2010), pode-se considerar que os processos de comunicação estarão mais isentos de distorções quanto mais próxima do mundo da vida estiver a sociedade civil. Considerando-se a disputa hegemônica colocada por Gramsci, hoje, os meios de comunicação são arenas importantes para as guerras de posições na sociedade civil, seja por sua influência, abrangência ou importância. O conceito de público altera-se pela mediação, pois, de acordo com Lima (2006), “a mídia não só mantém a forma tradicional de constituição do ‘público’, mas também a estende, transforma e substitui.” Assim, a mídia passa a ser, também, um campo de disputa entre os atores políticos em busca da visibilidade favorável de seu ponto de vista.

A maioria das sociedades urbanas contemporâneas pode ser considerada ‘centrada na mídia’ (LIMA, 2006, p.55), pois esta exerce papel fundamental na construção do conhecimento público que possibilita a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas da atividade humana. A mídia foi utilizada como meio para propagandas políticas a partir do regime militar e, desde então, transformou-se no principal campo de construção simbólica da política. A mídia foi, então, transformada no “‘aparelho provado de hegemonia’ mais eficaz na articulação hegemônica (e contra-hegemônica)” (LIMA, 2004, p. 190).





A luta por poder e capital simbólico são conceituados em Bourdieu para definir o espaço social, “que tende a funcionar como um espaço simbólico, um espaço de estilos de vida e de grupos de estatuto, caracterizados por diferentes estilos de vida” (BOURDIEU, 1990, P. 160). “O capital simbólico é uma propriedade qualquer percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor” (BOURDIEU, 1996, p.107).

Bourdieu (1990, p. 161) explica que as lutas simbólicas podem ser realizadas de modo objetivo, em que se pode “agir através de ações de representação, individuais ou coletivas, destinadas a mostrar e a fazer valerem determinadas realidades”, e subjetivamente, em que se pode “agir tentando mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, as estruturas cognitivas e avaliatórias”.

Em disputas simbólicas, a luta pelo poder corresponde a uma luta pela linguagem. Atualmente, a retórica pode ser considerada como qualquer uso de símbolos para influenciar o pensamento e a ação. Num cenário conflituoso, a palavra abandona o papel de mero designante para participar da tentativa de empolgar a opinião pública. (SOARES, 1996). Considerando-se a situação de disputa entre o Governo Federal e as entidades médicas, as declarações e as justificativas apresentadas por cada parte exemplificam o exposto.

Bourdieu (1990) também sinaliza que as lutas simbólicas, individuais do cotidiano ou coletivas da vida política, têm certa autonomia real dentro das estruturas em que estão enraizadas e que os agentes investem o capital simbólico que acumulam de disputas anteriores. Sendo o poder simbólico, “um poder de fazer coisas com palavras” (BOURDIEU, 1990, p.166), a eficácia simbólica dependerá do grau em que a visão proposta estiver fundamentado na realidade, pois é na realidade social é que está a complexidade que deve ser trabalhada.

O poder simbólico tem a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros. Para exercer esse poder, há vários recursos que podem ser usados, mas, basicamente, utiliza-se a mídia por produzir e transmitir capital, segundo Bourdieu (apud LIMA, 2006, p.12).

### **Mudanças na cobertura e Opinião Pública**

Na perspectiva de Gramsci sobre sociedade civil, a relação com os meios de comunicação trata-se de visibilidade da sociedade, pressão e negociação com o Estado,



assim como a busca de apoio ou alianças no interior da sociedade civil. O que pode levar à conquista de soluções favoráveis a determinado setor ou classe social em conflito, assim como a atingir melhores posições na disputa entre os diferentes projetos societários (BECKER, 2010 p. 106).

A mídia atua principalmente na formatação da opinião pública, mudando, constatando, retificando ou mantendo o que já é consenso. É responsável também por, muitas vezes, naturalizar acontecimentos que deveriam ser questionados. Para que se haja uma análise do comportamento midiático na formatação da opinião pública, deve se verificar o que é colocado em primeiro e segundo plano nos veículos.

O jornalismo, compondo parte da mídia, é um legitimador de poder. As pessoas tendem a confiar mais no que consomem nesta área do que em publicidades e propagandas. Por isso, a importância da imprensa agir de modo independente valorizando e respeitando o interesse público, e não de modo partidário, defendendo utilidades privadas (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004; KARAM; 1997).

Karam (2004) apresenta a controvérsia, a contradição, a pluralidade e os antagonismos discursivos, que representem diversas percepções sobre o mundo, para utilização do jornalismo como o caminho para o espaço público contemporâneo. Porém, hoje, há grandes conglomerados responsáveis pela produção e difusão de informações no Brasil.

O Programa Mais Médicos está na agenda da mídia desde junho de 2013. A tabela 1 quantifica a ocorrência de matérias sobre o Mais Médicos, a partir do banco de dados constituído com informações da rede, em alguns veículos. Os portais *online*, inseridos em grandes grupos de comunicação, refletem notícias que são publicadas em outros meios, como TV e impressos.

Inicialmente, os veículos de modo geral, divulgaram a proposta do Governo Federal e o posicionamento das entidades médicas, utilizando muitos representantes como fontes. Ao passo que o programa foi sendo executado, as matérias passaram a abordar a chegada de médicos estrangeiros, o treinamento pelo qual passavam e as cidades que estavam recebendo o programa. De junho a novembro de 2013, percebe-se que a imprensa passou a publicar mais informações e menos declarações sobre o tema. As declarações das entidades eram utilizados, inclusive, em títulos como “Médicos do país avisam Dilma vai receber troco nas urnas”<sup>8</sup> e “CFM diz que o programa Mais

---

<sup>8</sup> Exame. Com – disponível em <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/medicos-brasileiros-avisam-dilma-vai-receber-troco-nas-urna> - acesso em 16/12/13.



Médicos é demagógico e eleitoreiro”<sup>9</sup> – este divulgado pela agência *Folhapress* e publicado em mais páginas.

PUBLICAÇÕES SOBRE O "PROGRAMA MAIS MÉDICOS" DE 21/06 A 30/11/2013*	
VEÍCULO	QUANTIDADE
Portal G1	885
Portal Notícias UOL	822
Portal Terra	646
Site Estadão - Notícias <i>Online</i>	592
Site Folha de S. Paulo - Notícias <i>Online</i>	400
Site O Globo - Notícias <i>Online</i>	376
Folha de S. Paulo - Impresso	193
O Estado de S. Paulo - Impresso	160
Site Veja - Notícias <i>Online</i>	145
Jornal Nacional - Vídeos	74
Site Época - Notícias <i>Online</i>	57

\*Busca avançada de publicações com o termo nas páginas online dos veículos neste período

Fonte: A autora (2013).

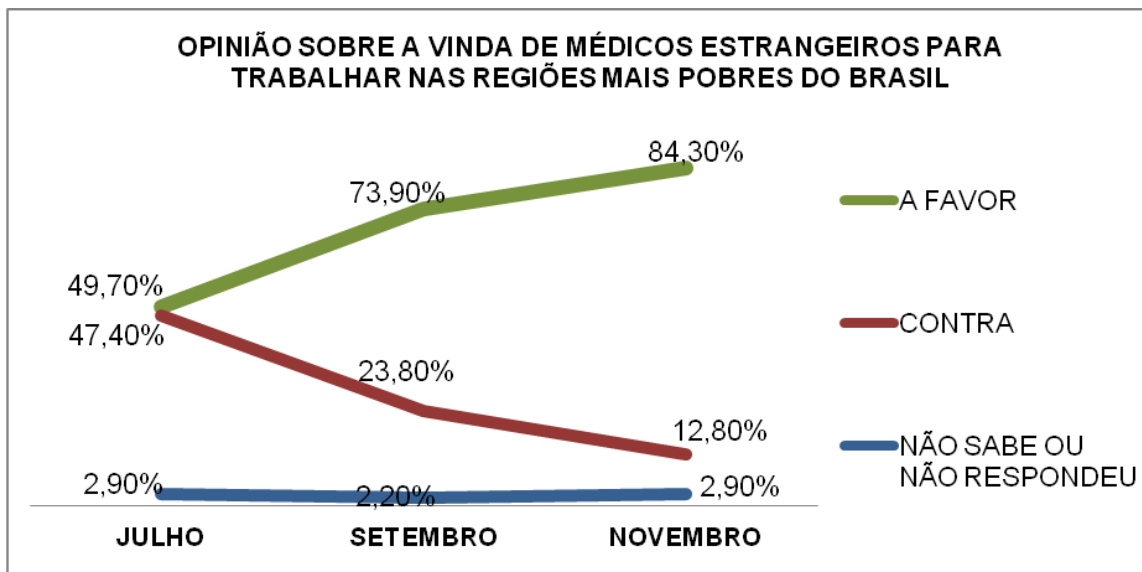
Tabela 1 – Quantidade de publicações com o termo “Programa Mais Médicos”

Segundo Luciano Martins Costa (2013)<sup>10</sup>, depois de oferecerem amplos espaços e até estimularem o boicote promovido pelas associações médicas, os jornais mudaram de posição e passam a contabilizar os prejuízos causados no sistema de saúde pelo movimento corporativista dessas entidades.

O Instituto de pesquisas MDA, sob encomenda da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), realizou e divulgou pesquisas de opinião pública sobre diversos temas políticos no segundo semestre de 2013, além da avaliação do governo. Nestas pesquisas também questionou a população sobre seu posicionamento sobre a vinda de médicos estrangeiros para trabalhar nas regiões brasileiras que mais necessitavam. No gráfico abaixo é possível verificar os dados divulgados e como a opinião sobre a polêmica medida do Programa Mais Médicos sofreu uma brusca alteração na população entre os meses de junho e novembro.

<sup>9</sup> Folha de S.Paulo – disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1341847-cfm-diz-que-o-programa-mais-medicos-e-demagogico-e-eleitoreiro.shtml> - acesso em 16/12/13.

<sup>10</sup> Texto A ressaca moral da imprensa – disponível em [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a\\_ressaca\\_moral\\_da\\_imprensa](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_ressaca_moral_da_imprensa) - acesso em 16/12/13.



Fonte: A autora com dos dados das pesquisas CNT/MDA de julho, setembro e novembro de 2013.

Gráfico 1 – Opinião sobre a vinda de médicos estrangeiros de julho a novembro/2013

Como exposto no gráfico, é possível observar a distância entre os que se posicionam contra e os que são favoráveis à vinda dos médicos estrangeiros. Se, em julho, a diferença entre os dois grupos era de pouco mais de 2%; em novembro, a distância passava dos 71%. Nota-se também, que o percentual de pessoas que não se posicionaram sobre o fato não chegou a 3% nas três pesquisas.

A pesquisa realizada em novembro, período em que o programa já estava em funcionamento, também constatou que 90,6% dos entrevistados ainda não conhecem ninguém que tenha sido atendido por um médico estrangeiro, mas que mesmo assim 66,8% acreditam que eles sejam capacitados para atender à população brasileira. A pesquisa ainda aponta que 13% dos entrevistados acreditam que o programa está cumprindo os objetivos para os quais foi criado; 46% consideram que os objetivos estão sendo cumpridos em parte; e que 21,6% consideram que os objetivos não estão sendo cumpridos pelo programa.

Pesquisas como a exposta acima são muito utilizadas, principalmente na política, por mensurar o posicionamento do público. No gráfico acima, o Programa Mais Médicos só está sendo avaliado em seus cinco primeiros meses, mas os números e as curvas permitem afirmar a tendência ao posicionamento favorável do público e que houve mudança conforme o projeto foi se consolidando e sendo executado. Deve-se considerar que “a opinião pública é um processo contínuo em permanente evolução que



decorre da troca mútua de experiências, argumentos e informações” (NOVELLI, 2007, p.81).

Dentro da perspectiva habermasiana, pode-se dizer que as necessidades do “mundo da vida”, do cotidiano do povo brasileiro, sobressaíram às declarações e ao posicionamento das entidades médicas e daqueles que eram contra o Programa Mais Médicos. Dentro do exposto por Bourdieu, este caso exemplifica também que a utilização do poder simbólico deve-se alicerçar o máximo à realidade. Se considerarmos as posições e declarações contrárias, do Governo Federal e das entidades médicas, como uma disputa pelo apoio da opinião pública, a resposta da sociedade condiz com a realidade que a população brasileira enfrenta na saúde pública.

Além disso, o posicionamento do público a favor do Programa Mais Médicos pode ter influenciado a imprensa a deixar de lado o constante apelo às declarações oficiais de entidades médicas e passar a acompanhar e divulgar as informações sobre a implantação do programa e quais as mudanças que já estão sendo sentidas pela população em seu cotidiano.

### **Considerações Finais**

De junho a novembro, o Programa Mais Médicos esteve presente na cobertura jornalista, no debate público, nos discursos do Governo Federal e nos pronunciamentos das entidades médicas. Nesta conjuntura, ficou clara a divisão de interesses e posicionamentos sobre a iniciativa. A busca por hegemonia surge quando um assunto ou tema envolve mais de um grupo ou pessoa, em que se inicia a disputa de valor. Neste caso, governo e entidades médicas da sociedade civil entraram em disputa pela opinião pública a fim de legitimar seus interesses.

As entidades médicas nacionais, além de serem instituições que representam os médicos na sociedade civil, possuem mais poder simbólico proporcionado pelo Estado, que as coloca como responsáveis pela fiscalização de profissionais e como avaliadores de programas e políticas na área de saúde. A validação do diploma estrangeiro, bem como o registro profissional, remete, mais uma vez, à disputa simbólica que se colocou em jogo no caso do Programa Mais Médicos.

Possuir alto capital simbólico poderia justificar a grande oportunidade dada pelos veículos de comunicação de divulgarem suas declarações, por serem ‘especialistas’ e ‘autoridades’ sobre o assunto. Estas declarações possuíam apelo



público, acusando o Governo de práticas que afetariam a população, e da não realização de medidas corretas para a solução dos problemas da saúde pública brasileira. No entanto, ao divulgar carta à sociedade acusando o governo de autoritário e unilateral, anunciou a saída de todas as entidades dos conselhos e comissões promovidas pelo Ministério da Saúde. Evidencia-se, assim, que a instauração do Programa Mais Médicos feriu os interesses da classe médica, e não o interesse público.

Apesar de grandes limitações de acesso, os meios de comunicação possibilitam aos indivíduos e grupos o direito de manifestarem suas ideias e pretensões, sendo a internet uma ampliadora das possibilidades atualmente. Porém, o interesse privado tem que ser limitado pelo interesse público. A partir do momento em que se ultrapassa este limite, o discurso que se pretende legitimar não vinga e perde-se o apoio público.

## Referências

BECKER, Maria L. “Sociedade civil, esfera pública e mídia”. In: LUIZ, Danuta Cantoia (org). **Sociedade civil e democracia**. Ponta Grossa: UEPG/Veras, 2010. Pp: 87-108.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 2003.

KARAM, Francisco José. **A Ética Jornalística e o Interesse Público**. São Paulo: Summus, 2004.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LIMA, Venício A. de. **Mídia**: Crise política e poder no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.



NOVELLI, Ana Lucia R. “Comunicação e opinião pública”. In: DUARTE, Jorge (org). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007. Pp: 72-83.

OLIVEIRA, Luiz A. e FERNANDES, Adélia B. “Espaço público, política e ação comunicativa a partir da concepção habermasiana”. In: PANKE, L. et all (orgs). **A mobilização social no contexto político eleitoral**. Curitiba: UFPR, 2013. Pp: 17-32.

PORTAL PLANALTO – DISCURSOS.  
<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos>  
PROGRAMA MAIS MÉDICOS.  
<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/acoes-e-programas/mais-medicos>

SOARES, Murilo. “Retórica e política”. In: **Revista Comunicação & Política**. Rio de Janeiro: CEBELA, 1996. V. III, Nº 2, maio/agosto 1996. Pp: 146-153.